



2018

RELATÓRIO DE CONTAS CONSOLIDADAS



Cfmr

ÍNDICE

1. Relatório de Gestão Consolidado.....	3
2. Anexos	8
- Perímetro Consolidado;	
- Balanço Consolidado;	
- Demonstração de Resultados Consolidada;	
- Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidado;	
- Anexo ao Balanço Consolidado e à Demonstração de Resultados Consolidada.	



1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Introdução

A Câmara Municipal de Lagoa apresenta de forma simplificada as suas contas consolidadas, para transmitir uma visão global da situação financeira do grupo municipal, melhorar a informação contabilística prestada pela administração local, procurar dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

A consolidação de contas tem como objetivo elaborar as demonstrações financeiras e económicas de um conjunto de entidades, de forma a se tratar apenas de uma.

As contas individuais da empresa intermunicipal, apresentadas em SNC, foram convertidas para efeitos de consolidação de acordo com o normativo POCAL.

A consolidação de contas está prevista no POCAL, Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e Portaria 474/2010, de 1 de julho.

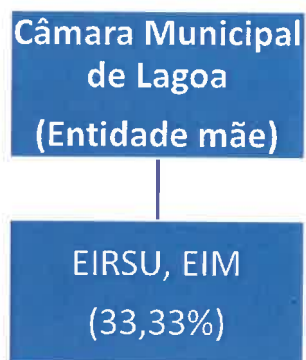
PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO

O grupo público municipal é composto pelo município (entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas, abrangidas pelo perímetro de consolidação.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município de Lagoa, é constituído pelas entidades abaixo representadas, conforme artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, 3 de setembro:

- Município de Lagoa - NIPC 512074410 – entidade consolidante;
- EIRSU, Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel, EIM (33,33% participação do Município de Lagoa no capital)
– NIPC 509446515 – método de consolidação proporcional.

ORGANIGRAMA DO GRUPO CONSOLIDADO



MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO APLICADO

O método de consolidação utilizado na consolidação de contas do Município de Lagoa e a entidade EIRSU, Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel, EIM foi o método de consolidação proporcional.

EVOLUÇÃO DA GESTÃO DO CONJUNTO DAS ENTIDADES COMPREENDIDAS NA CONSOLIDAÇÃO

A Consolidação apresenta os seguintes dados referentes ao exercício de 2018:

- Relatório de gestão consolidado;
- Balanço Consolidado;
- Demonstração de Resultados Consolidada;
- Anexo ao Balanço Consolidado e à Demonstração de Resultados Consolidada;
- Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidado.

ANÁLISE AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADO

O Balanço Consolidado apresenta a situação do património do grupo municipal à data de encerramento do exercício 2018, constituído pela sua estrutura económica, o Passivo e os Fundos Próprios do grupo, que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

Para uma melhor perceção da situação consolidada, apresenta-se, de seguida um resumo do Balanço e da Demonstração dos Resultados Consolidado de 2018:

Síntese do Balanço Consolidado

ATIVO

ATIVO	2018	%	2017	%	2016	%	2015	%
Imobilizado	54 045 481,29 €	97,11%	55 119 229,89 €	97,57%	55 407 689,94 €	96,77%	56 009 658,90 €	97,81%
Bens de domínio público	8 730 804,33 €	15,69%	9 287 676,69 €	16,44%	9 679 364,80 €	16,90%	10 211 307,94 €	17,83%
Imobilizações incorpóreas	103 519,02 €	0,19%	39 324,98 €	0,07%	29 206,62 €	0,05%	23 706,32 €	0,04%
Imobilizações corpóreas	44 891 524,92 €	80,66%	45 304 734,73 €	80,20%	45 211 625,03 €	78,96%	45 287 151,15 €	79,09%
Investimentos financeiros	319 633,02 €	0,57%	487 493,49 €	0,86%	487 493,49 €	0,85%	487 493,49 €	0,85%
Circulante	1 608 712,23 €	2,89%	1 373 137,78 €	2,43%	1 851 212,75 €	3,23%	1 252 704,50 €	2,19%
Existências	67 007,41 €	0,12%	74 841,99 €	0,13%	92 869,05 €	0,16%	90 713,61 €	0,16%
Dívidas de terceiros - Curto Prazo	358 290,02 €	0,64%	184 713,71 €	0,33%	330 641,80 €	0,58%	226 898,90 €	0,40%
Depósitos em instituições financeiras e caixa	672 513,37 €	1,21%	658 205,21 €	1,17%	873 134,36 €	1,52%	565 227,96 €	0,99%
Acréscimos e diferimentos	510 901,43 €	0,92%	455 376,87 €	0,81%	554 567,54 €	0,97%	369 864,03 €	0,65%
TOTAL ATIVO	55 654 193,52 €	100,00%	56 492 367,67 €	100,00%	57 258 902,69 €	100,00%	57 262 363,40 €	100,00%

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2018	%	2017	%	2016	%	2015	%
Fundos Próprios	42 685 378,27 €	76,70%	42 415 343,99 €	75,08%	42 170 867,34 €	73,65%	40 989 962,82 €	71,58%
Património	11 416 772,08 €	20,51%	11 416 772,08 €	20,21%	11 311 082,24 €	19,75%	11 129 002,94 €	19,44%
Reservas de reavaliação	8 880 912,75 €	15,96%	8 880 912,75 €	15,72%	8 880 912,75 €	15,51%	8 880 912,75 €	15,51%
Reservas	20 946 289,47 €	37,64%	20 698 640,54 €	36,64%	19 659 859,76 €	34,34%	19 649 834,84 €	34,32%
Resultados transitados	1 171 369,69 €	2,10%	1 174 541,96 €	2,08%	1 174 041,62 €	2,05%	1 166 976,17 €	2,04%
Resultado líquido consolidado do exercício	270 034,28 €	0,49%	244 476,66 €	0,43%	1 144 970,97 €	2,00%	163 236,12 €	0,29%
Passivo	12 968 815,25 €	23,30%	14 077 023,68 €	24,92%	15 088 035,35 €	26,35%	16 272 400,58 €	28,42%
Provisões para riscos e encargos	95 060,12 €	0,17%	95 060,12 €	0,17%	95 060,12 €	0,17%	95 060,12 €	0,17%
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	5 497 966,02 €	9,88%	6 302 536,68 €	11,16%	7 101 347,23 €	12,40%	7 880 734,64 €	13,76%
Empréstimos de curto prazo	0	0,00%	- €		- €		- €	
Fornecedores c/c	60 276,90 €	0,11%	164 229,68 €	0,29%	142 984,99 €	0,25%	57 822,38 €	0,10%
Fornecedores de imobilizado c/c	0	0,00%	- €		- €		- €	
Estado e outros entes públicos	34 512,87 €	0,06%	41 260,19 €	0,07%	38 792,30 €	0,07%	36 117,16 €	0,06%
Outros credores	408 200,26 €	0,73%	644 785,99 €	1,14%	777 952,35 €	1,36%	982 423,20 €	1,72%
Acréscimos e diferimentos	6 872 799,08 €	12,35%	6 829 151,02 €	12,09%	6 931 898,36 €	12,11%	7 220 243,08 €	12,61%
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	55 654 193,52 €	100,00%	56 492 367,67 €	100,00%	57 258 902,69 €	100,00%	57 262 363,40 €	100,00%

Pela análise do Balanço Consolidado, verifica-se:

- Um ativo total de 55.654.193,52€;
- O passivo e os fundos próprios representam 23,30% e 76,70%, respetivamente;
- As imobilizações corpóreas representam uma grande percentagem em relação a todas as outras rubricas do ativo, sendo que nos fundos próprios e passivo, a rubrica com maior peso são as reservas e acréscimos e diferimentos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

CUSTOS E PERDAS

CUSTOS E PERDAS	2018	%	2017	%	2016	%	2015	%
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	869 720,04 €	7,90%	851 973,39 €	8,39%	981 598,26 €	10,00%	1 016 767,62 €	10,14%
Fornecimentos e serviços externos	4 546 386,66 €	41,28%	4 010 247,72 €	39,48%	3 620 411,12 €	36,90%	3 100 130,79 €	30,91%
Custos com pessoal	3 034 974,68 €	27,56%	2 849 368,67 €	28,05%	2 869 878,83 €	29,25%	2 876 444,61 €	28,68%
Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	878 802,56 €	7,98%	788 428,66 €	7,76%	722 170,79 €	7,36%	904 999,30 €	9,02%
Amortizações do exercício	1 345 305,87 €	12,22%	1 296 369,70 €	12,76%	1 266 238,73 €	12,91%	1 253 936,08 €	12,50%
Provisões do exercício	5848,57	0,05%	- €		4 737,78 €	0,05%	11 543,04 €	0,12%
Outros Custos e perdas operacionais	73 777,09 €	0,67%	48 430,70 €	0,48%	60 244,89 €	0,61%	56 967,96 €	0,57%
Custos e perdas financeiros	95 776,64 €	0,87%	109 685,23 €	1,08%	109 055,53 €	1,11%	83 197,73 €	0,83%
Custos e perdas extraordinárias	161 859,29 €	1,47%	201 923,51 €	1,99%	177 191,20 €	1,81%	725 165,14 €	7,23%
TOTAL CUSTOS E PERDAS	11 012 451,40 €	100,00%	10 156 427,58 €	100,00%	9 811 527,13 €	100,00%	10 029 152,27 €	100,00%
Imposto sobre o rendimento	- €	0,00%	- €		135,44 €	0,00%	2 029,54 €	0,02%
Resultado Líquido Consolidado do Exercício	270 034,28 €	2,45%	244 476,66 €	2,41%	1 144 970,97 €	11,67%	163 236,12 €	1,63%

PROVEITOS E GANHOS

PROVEITOS E GANHOS	2018	%	2017	%	2016	%	2015	%
Vendas e prestações de serviços	2 547 014,07 €	22,57%	2 491 872,02 €	23,96%	2 453 975,80 €	22,40%	2 539 335,64 €	24,91%
Impostos e taxas	2 762 760,90 €	24,49%	2 382 832,51 €	22,91%	2 279 756,03 €	20,81%	1 902 204,11 €	18,66%
Trabalhos para a própria entidade	119 800,68 €	1,06%	37 367,05 €	0,36%	484 025,49 €	4,42%	259 988,59 €	2,55%
Proveitos suplementares	- €	0,00%	- €		- €		- €	
Transferências e subsídios obtidos	5 204 803,71 €	46,13%	5 037 978,73 €	48,44%	5 136 210,77 €	46,88%	4 969 956,24 €	48,75%
Proveitos e ganhos financeiros	9,33 €	0,00%	391,30 €	0,00%	789,81 €	0,01%	1 859,99 €	0,02%
Proveitos e ganhos extraordinários	648 096,99 €	5,74%	450 462,63 €	4,33%	601 875,64 €	5,49%	521 073,36 €	5,11%
TOTAL PROVEITOS E GANHOS	11 282 485,68 €	100,00%	10 400 904,24 €	100,00%	10 956 633,54 €	100,00%	10 194 417,93 €	100,00%

Pela análise da Demonstração dos Resultados Consolidada, verifica-se:

- Um saldo positivo no montante de 270.034,28€;
- Analisando a estrutura dos custos e perdas, verifica-se que as rubricas com maior peso são a de fornecimentos e serviços externos e custos com pessoal;
- Relativamente aos proveitos e ganhos, constata-se que as transferências e subsídios obtidos e Imposto e Taxas, são as rubricas mais expressivas.

Resultados Consolidados

RESULTADOS CONSOLIDADOS	2018	2017	2016	2015
Resultados operacionais	-120 436,11 €	105 231,47 €	828 687,69 €	450 695,18 €
Resultados financeiros	-95 767,31 €	-109 293,93 €	-108 265,72 €	-81 337,74 €
Resultados correntes	-216 203,42 €	-4 062,46 €	720 421,97 €	369 357,44 €
Resultado líquido consolidado do exercício	270 034,28 €	244 476,66 €	1 144 970,97 €	163 236,12 €

Paços do Concelho de Lagoa, 8 de maio de 2019

PELO ORGÃO EXECUTIVO

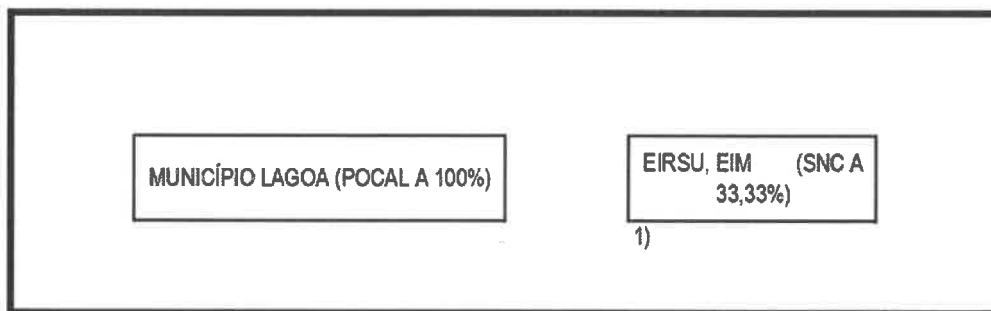


Cristina de Fátima Silva Calisto

Presidente



PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA
ARTIGO 75º DA LEI Nº 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO



1) CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL

BALANÇO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE LAGOA EM 31/12/2018

ANO **2018**
(em €)

Código das Contas POCAL	ACTIVO	Exercício			
		2018			2017
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
45	Bens de domínio público	12.735.650,72	4.004.846,39	8.730.804,33	9.287.676,69
		12.735.650,72	4.004.846,39	8.730.804,33	9.287.676,69
43	Imobilizações incorpóreas	553.365,90	449.846,88	103.519,02	39.324,98
		553.365,90	449.846,88	103.519,02	39.324,98
42	Imobilizações Corpóreas	54.340.701,12	9.449.176,20	44.891.524,92	45.304.734,73
		54.340.701,12	9.449.176,20	44.891.524,92	45.304.734,73
41	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	319.633,02	0,00	319.633,02	487.493,49
		319.633,02	0,00	319.633,02	487.493,49
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	67.007,41		67.007,41	74.841,99
32	Mercadorias	0,00		0,00	0,00
		67.007,41	0,00	67.007,41	74.841,99
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
21	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	275.290,84	65.445,91	209.844,93	183.179,43
24	Estado e outros entes públicos	147.940,09		147.940,09	1.029,28
268	Outros devedores	505,00		505,00	505,00
		423.735,93	65.445,91	358.290,02	184.713,71
	Titulos negociáveis				
151	Ações	0,00		0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00		0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00		0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00		0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00		0,00	0,00
		0,00		0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	668.482,61		668.482,61	652.691,47
11	Caixa	4.030,76		4.030,76	5.513,74
		672.513,37		672.513,37	658.205,21
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	498.610,06		498.610,06	448.322,75
272	Custos diferidos	12.291,37		12.291,37	7.054,12
		510.901,43		510.901,43	455.376,87
	Total das Amortizações		13.903.869,47		
	Total das Provisões		65.445,91		
	Total do Activo	69.623.508,90	13.969.315,38	55.654.193,52	56.492.367,67

		(em €)	
Código das Contas POBAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercício	
		2018	2017
	Fundos próprios		
51	Património	11.416.772,08	11.416.772,08
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação	8.880.912,75	8.880.912,75
57	Reservas	20.946.289,47	20.698.640,54
59	Resultado transitados	1.171.369,69	1.174.541,96
88	Resultado líquido consolidado do exercício	270.034,28	244.476,66
		42.685.378,27	42.415.343,99
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	95.060,12	95.060,12
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	5.497.966,02	6.302.536,68
		5.497.966,02	6.302.536,68
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	60.276,90	164.229,68
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	34.512,87	41.260,19
268	Outros credores	408.200,26	644.785,99
		502.990,03	850.275,86
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	477.756,85	461.823,59
274	Proveitos diferidos	6.395.042,23	6.367.327,43
		6.872.799,08	6.829.151,02
	Total dos Fundos Próprios e Passivo	55.654.193,52	56.492.367,67

ANO 2018

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA DO MUNICÍPIO DE LAGOA A 31/12/2018

(em €)

Código das Contas POCAL		Exercício				(em €)
		2018		2017		
CUSTOS E PERDAS						
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas					
	Mercadorias	0,00		0,00		
	Matérias	869.720,04	869.720,04	851.973,39	851.973,39	
62	Fornecimentos e Serviços Externos	4.546.386,66		4.010.247,72		
64	Custos com o Pessoal	3.034.974,68	7.581.361,34	2.849.368,67	6.859.616,39	
63	Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	878.802,56	878.802,56	788.428,66	788.428,66	
66	Amortizações do Exercício	1.345.305,87		1.296.369,70		
67	Provisões do Exercício	5.848,57	1.351.154,44	0,00	1.296.369,70	
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	73.777,09	73.777,09	48.430,70	48.430,70	
68	Custos e Perdas Financeiros	(A).....	10.754.815,47		9.844.818,84	
			95.776,64		109.685,23	
69	Custos e Perdas Extraordinários	(C).....	10.850.592,11		9.954.504,07	
			161.859,29		201.923,51	
		(E).....	11.012.451,40		10.156.427,58	
86	Imposto sobre o Rendimento		0,00		0,00	
88	Resultado Líquido Consolidado do Exercício		270.034,28		244.476,66	
			11.282.485,68		10.400.904,24	
PROVEITOS E GANHOS						
71	Vendas e Prestações de Serviços	2.547.014,07	2.547.014,07	2.491.872,02	2.491.872,02	
72	Impostos e Taxas	2.762.760,90		2.382.832,51		
(a)	Variação da Produção	0,00		0,00		
75	Trabalhos para a Própria Entidade	119.800,68		37.367,05		
73	Proveitos Suplementares	0,00		0,00		
74	Transferências e Subsídios Obtidos	5.204.803,71		5.037.978,73		
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00	8.087.365,29	0,00	7.458.178,29	
	(B).....		10.634.379,36		9.950.050,31	
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	(D).....	9,33		391,30	
			10.634.388,69		9.950.441,61	
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		648.096,99		450.462,63	
	(F).....		11.282.485,68		10.400.904,24	

Resumo:

Resultados Operacionais: (B) - (A);	-120.436,11	105.231,47
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A);	-95.767,31	-109.293,93
Resultados Correntes: (D) - (C);	-216.203,42	-4.062,46
Resultado Líquido Consolidado do Exercício: (F) - (E);	270.034,28	244.476,66

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DO MUNICÍPIO DE LAGOA

RUBRICAS	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	2.594.441	2.690.525
Pagamentos a fornecedores	-3.699.044	-3.231.875
Pagamentos ao pessoal	-2.874.380	-2.630.824
Caixa gerada pelas operações	-3.978.983	-3.172.174
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	-407	1.626
Outros recebimentos operacionais (a) - inclui total receitas de OT	8.356.927	8.011.150
Outros pagamentos operacionais (b) - inclui total pagamentos OT	-2.227.039	-2.194.933
Outros recebimentos / pagamentos operacionais (a-b)	1.719	-420
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	2.152.217	2.645.248
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-1.880.611	-2.326.306
Ativos intangíveis	0	0
Investimentos financeiros	-50.357	-66.802
Outros ativos	0	0
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	53.733	33
Ativos intangíveis	0	0
Investimentos financeiros	0	0
Outros ativos	0	0
Subsídios ao investimento	607.928	403.197
Juros e rendimentos similares	9	11
Dividendos	0	0
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-1.269.299	-1.989.868
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0	0
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Cobertura de prejuízos	0	0
Doações	0	0
Outras operações de financiamento	0	0
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-804.571	-798.811
Juros e gastos similares	-64.039	-71.499
Dividendos	0	0
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Outras operações de financiamento	0	0
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-868.610	-870.310
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	14.308	-214.929
Efeito das taxas de câmbio	0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período (Saldo inicial - Orç + OT)	658.205	873.134
Caixa e seus equivalentes no fim do período (Saldo final - Orç + OT)	672.513	658.205

Notas:

Este mapa é apresentado em modelo previsto em SNC, tendo por isso sido derogados princípios do POICAL aplicáveis a parte das entidades que constituem o grupo público consolidado.



Município de Lagoa - Açores

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

2018

Introdução

O Município de Lagoa apresenta demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de Dezembro de 2018, com base no Artigo 75.º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro.

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) não contém quaisquer normas respeitantes a consolidação, pelo que optámos pela aplicação das regras de consolidação contidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que transpõe para o direito interno as normas de consolidação de contas, estabelecidas na 7ª directiva (83/349/CEE), aprovada pelo Conselho das Comunidades Europeias em 13 de Junho de 1983.

O presente Anexo apresenta as notas aplicáveis ao Grupo Público, conforme previsto no Decreto-Lei nº 158/2009, assim como as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo, tal como exigidas pela alínea d) do nº 7 do Artigo 75º da Lei nº 73/2013.

I – Informações relativas às entidades no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

Nota 1 – Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital	Motivo
Município de Lagoa	Largo D. João III – Santa Cruz, Lagoa		—	a)

Motivo de inclusão no perímetro de consolidação:

a) Entidade mãe;

Nota 2 – Entidades consolidadas pelo método proporcional

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital	Motivo
EIRSU – Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel, EIM	Rua El-Rei D Carlos I, nº 27, 1º Esq., Ribeira Grande	Desenvolvimento de sistemas de abastecimento de águas, de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, de sistemas de limpeza pública e de recolha e transporte de resíduos sólidos, de desenvolvimento e inovação empresarial e de requalificação ambiental	33%	a)

Motivo de aplicação da consolidação proporcional:

a) Empreendimento conjunto com as Autarquias da Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, em que cada uma detém 33% e controlam conjuntamente a entidade.

II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Nota 3 – Insuficiências das normas de consolidação

Não existindo normas específicas de consolidação de contas em ambiente POCAL, foram utilizadas as normas estabelecidas no Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho e na Portaria nº 474/2010.

Nota 4 – Derrogação às normas de consolidação

O POCAL não prevê a aplicação do método de equivalência patrimonial, mas apenas a redução da quantia escriturada quando a quantia recuperável da participada é inferior.

III. Informações relativas a políticas contabilísticas

Nota 5 – Critérios de valorimetria

Bens de Domínio Público

Os bens de domínio público adquiridos até 31 de Dezembro de 2000 foram valorizados pelo método do custo ou do valor de substituição/reposição, o qual corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes aos que foram utilizados na origem, corrigido da depreciação sofrida até a data de avaliação.

Na avaliação dos terrenos subjacentes às frações, fogos habitacionais ou comerciais foi utilizado o método de mercado, que corresponde à avaliação do preço corrente de mercado. Entende-se por valor atual dos bens o seu valor em estado novo, deduzido da depreciação ocorrida à data da avaliação.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001, na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas foram valorizadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo período de vida útil que esteja estipulado.

Imobilizações Corpóreas

Bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2000:

A avaliação dos bens imóveis foi realizada de acordo com o método do custo ou o método de mercado (conforme o descrito para os Bens de Domínio Público). Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico e, nos casos em que tal era impossível, recorreu-se a uma avaliação por comparação a bens já avaliados, com as mesmas características.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001 foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção. No Município para alguns bens obtidos a título gratuito considerou-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais.

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2018 sofreram a primeira amortização no presente ano económico.

Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros foram contabilizados pelo custo de aquisição.

Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo custo de aquisição.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando haja um significativo risco de cobrança são efetuados ajustamentos para refletir a potencial perda.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Provisões para Riscos e Encargos

Regista a estimativa das provisões para fazer face aos riscos relativos a Processos Judiciais em Curso, Indemnizações, Coimas e outros, com base nas melhores estimativas de valor e probabilidade de ocorrência.

Especialização de Exercícios

Os custos e proveitos são registados quando incorridos ou obtidos, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

Locação Financeira

Os ativos adquiridos por locação financeira são incluídos no ativo da entidade e o valor em dívida no passivo, sendo os bens objeto de depreciação e os juros reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

V. Informações relativas a determinadas rubricas

Nota 6 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado podem ser resumidos como segue.

Ativo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências e abates	Saldo final
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	0			0
Edifícios	0,00			0
Outras construções e infra-estruturas	10.963.364	174.083		11.137.447
Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	0			0
Outros bens de domínio público	969.807			969.807
Imobilizações em curso	802.480		-174.083	628.397
Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
	12.735.651	174.083	-174.083	12.735.651
Imobilizações Incorpóreas				
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e desenvolvimento	0			0
Propriedade industrial e outros direitos	0	1.591		1.591
Outras imobilizações incorpóreas	411.561	141.014	-801	551.775
Imobilizações em curso	0			0
	411.561	142.605	-801	553.366
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	1.590.596			1.590.596
Edifícios e outras construções	46.795.563	458.522	-1.522	47.252.563
Equipamento básico	352.777	8.790		361.567
Equipamento de transporte	687.331	27.175	-650	713.856
Ferramentas e utensílios	181.555	12.762	-1.536	192.780
Equipamento administrativo	811.794	66.985	-408	878.370
Taras e vasilhames	0			0
Outras Imobilizações corpóreas	943.678	88.931	-24.235	1.008.373
Imobilizações em curso	2.679.794	119.801	-457.000	2.342.595
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0			0
	54.043.088	782.965	-485.352	54.340.701
Investimentos Financeiros				
Partes de capital	17.490			17.490
Obrigações e títulos de participação	470.004		-167.860	302.144
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0			0
	487.493	0	-167.860	319.633
Total	67.677.793	1.099.653	-828.096	67.949.351

Amortizações e ajustamentos

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0
Edifícios	0,00			0
Outras construções e infra-estruturas	3.447.974	556.872		4.004.846
Bens do património histórico, artístico e cultural	0			0
Outros bens de domínio público	0			0
	3.447.974	556.872	0	4.004.846
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	0			0
Despesas de investigação e desenvolvimento	0			0
Propriedade industrial e outros direitos	0	791		791
Outras	372.237	76.819		449.056
	372.237	77.610	0	449.847
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	0			0
Edifícios e outras construções	6.363.383	566.014		6.929.397
Equipamento básico	303.601	14.225		317.825
Equipamento de transporte	505.165	27.673		532.838
Ferramentas e utensílios	166.236	11.103		177.338
Equipamento administrativo	676.988	58.339		735.327
Taras e vasilhames	0			0
Outras imobilizações corpóreas	722.981	33.470		756.451
	8.738.353	710.823	0	9.449.176
Investimentos Financeiros				
Títulos e outras aplicações financeiras	0			0
Outros empréstimos concedidos	0			0
	0	0	0	0
	12.558.564	1.345.306	0	13.903.870

Nota 7 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo circulante

Ativo Circulante	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Cobrança Duvidosa	59.597	5.849		65.446
Total	59.597	5.849	0	65.446

Nota 8 – Dívidas a terceiros vencíveis a mais de cinco anos

O Grupo apresenta as seguintes dívidas com um prazo de pagamento superior a 5 anos:

Entidade	Empréstimos	Entidade Credora	Valor do empréstimo	Data de Vencimento	Capital em dívida
MLAOA	Lot. Água Pau, Lot.36 a 41(6 Fogos)	CGD	116.838	23-07-2024	31.700
	Const. Conj. Hab. Relvinha (11 Fogos)	CGD	230.709	23-07-2024	62.680
	Constr. do conjunt. habit. Loteam. Relvinha-S.Cruz(20 Fogos)	CGD	393.272	08-04-2025	145.636
	Const. Conj.habit.Rua Dr.António Hermano T.Melo(2 Fogos) Rosário	CGD	38.562	08-10-2024	11.715
	Const. Conj. Hab. Lot. Longueira Stª Cruz (5 Fogos)	BCA	105.786	08-02-2026	37.035
	Aquis. 30 Fogos Freg. Rosário-Lagoa	BCA	409.758	11-04-2027	170.234
	Aquis. 30 Fogos Freg. Rosário	BCA	928.832	10-04-2027	385.495
	Aquis. 15 Fogos Água de Pau - INH	BCA	523.738	28-05-2027	251.516
	Aquis. 15 Fogos Água de Pau	BCA	233.293	28-05-2027	114.183
	33 fogos Habitação Social sítos na Longueira - Freguesia de Santa Cruz	CGD	1.213.450	25-07-2028	642.216
	33 fogos Habitação Social Longueira - Freguesia de Santa Cruz	CGD	606.725	25-07-2028	321.108
	Obra Saneamento Básico de Água de Pau	BCP	481.690	04-06-2030	341.262
	Construção da Pousada de Juventude de Lagoa	CGD	1.380.159	07-10-2040	1.235.019
	Arranjo Urbanístico da Baixa D'Areia	CGD	841.700	07-10-2035	666.487

Nota 9 – Vendas e prestações de serviços por atividades e mercados geográficos

A totalidade das vendas e prestações de serviços, no montante de 2.547.014 euros realizaram-se no mercado interno.

Nota 10 – Situações que afetem significativamente os impostos futuros

A Empresa participada encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16,80% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

O Município de Lagoa está isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e eventual correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro

anos (cinco anos para a segurança social). Deste modo as declarações fiscais dos últimos cinco anos poderão ainda ser sujeitas a revisão, embora as empresas municipais não antevejam situações que possam originar correções significativas.

Nota 11 – Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe

As remunerações certas e permanentes de titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos do Município de Lagoa totalizaram 170.709,96 Euros em 2018.

Nota 12 – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Contas	Custos e perdas	2018	2017
681 Juros suportados		64.039	71.500
682 Remunerações a títulos de participação			
683 Amortizações de investimento em imóveis			
684 Ajustamentos de aplicações financeiras		508	2.180
685 Diferenças de câmbio desfavoráveis			
686 Descontos de pronto pagamento concedidos			
687 Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			
688 Outros custos e perdas financeiros		31.230	36.006
Resultados financeiros		-95.767	-109.294
		9	391
	Proveitos e ganhos	2018	2017
781 Juros obtidos		9	11
782 Rendimentos de títulos de participação			
783 Rendimentos de imóveis			
784 Ganhos de participações de capital		0	380
785 Diferenças de câmbio favoráveis			
786 Descontos de pronto pagamento obtidos			
787 Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria			
788 Outros proveitos e ganhos financeiros			
		9	391

Nota 13 – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Contas	Custos e perdas	2018	2017
691 Transferências de capital concedidas		138.962	138.770
692 Dívidas incobráveis			
693 Perdas em existências			
694 Perdas em imobilizações			
695 Multas e penalidades		0	4.000
696 Aumentos de amortizações			
697 Correções relativas a exercícios anteriores		6.361	12.219
698 Outros custos e perdas extraordinárias		16.536	46.935
Resultados extraordinários		486.238	248.539
		648.097	450.463

	Proveitos e ganhos	2018	2017
791 Restituição de impostos			
792 Recuperação de dívidas			
793 Ganhos em existências		1.686	33
794 Ganhos em imobilizações		53.700	0
795 Benefícios de penalidades contratuais		36.167	36.576
796 Reduções de provisões		0	1.589
797 Correções relativas a exercícios anteriores		155.891	67.361
798 Outros proveitos e ganhos extraordinários		400.654	344.905
		648.097	450.463

Nota 14 – Desdobramento da conta de provisões e movimentos do exercício

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo Final
Processos judiciais em curso	95.060			95.060
TOTAL	95.060	0	0	95.060

Nota 15 – Bens utilizados em regime de locação financeira

Designação dos Bens	Valor em Dívida
Imóveis	210.237
Veículos	0
	210.237

Nota 16 – Outras informações exigidas por diplomas legais

Obrigações / Pagamentos						
Origem	Destino	Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Pagamentos do exercício
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
						6= (2+3) - (4+5)
M_Lagoa	EIRSU	Relações Comerciais	22.538	241.925	0	264.463
M_Lagoa	EIRSU	Cobertura de Prejuízo		3.172		3.172
		Total	22.538	245.097	0	267.636

Direitos / Recebimentos						
Origem	Destino	Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Direitos constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Recebimentos do exercício
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
						6= (2+3) - (4+5)
EIRSU	M_Lagoa	Relações comerciais	-22.538	-241.925	0	-264.463
EIRSU	M_Lagoa	Cobertura de Prejuízo		-3.172		-3.172
		Total	-22.538	-245.097	0	-267.636

Nota 17 – Outras informações

Desagregação do endividamento consolidado de médio e longo prazo

Designação das Contas	Dividas a terceiros de médio/longo prazo		
	Município de Lagoa	EIRSU	Total
Empréstimos de Médio Longo Prazo	5.497.966	0	5.497.966
Total	5.497.966	0	5.497.966

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **Município de Lagoa (o Grupo)**, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 55.654.194 euros e um total de fundos próprios de 42.685.378 euros, incluindo um resultado líquido de 270.034 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **Município da Lagoa** em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL e a legislação específica aplicável;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

Marques da Cunha, Arlindo Duarte
& Associados, SROO, Lda.

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

SROO n.º 52 • Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 4.738 • Capital Social: 27.500 euros • Contribuinte N.º 502 152 567

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova

Marques da Cunha, Arlindo Duarte
& Associados, Lda.

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

SROC n.º 52 • Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 4.738 • Capital Social: 27.500 euros • Contribuinte N.º 502 152 567

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

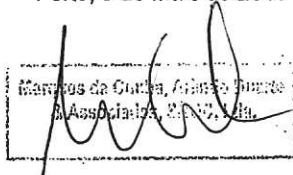
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 9 de maio de 2019



Marques da Cunha, Arlindo Duarte
& Associados, SROC, Lda.

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, SROC, Lda., SROC nº 52

representada por

Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, ROC nº 859

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

SROC n.º 52 • Inscrição no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 4.738 • Capital Social: 27.500 euros • Contribuinte N.º 502 152 567